

Demonstrações Financeiras

Cemig Baguari Energia S.A.

31 de dezembro de 2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
4. ARRENDAMENTOS.....	12
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
6. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	14
7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	14
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	15
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	17
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”) submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$406.000, dividido em 406.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Baguari é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais e municipais e à Administração da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	82.226	94.837
Tributos compensáveis		528	613
TOTAL DO CIRCULANTE		82.754	95.450
NÃO CIRCULANTE			
Direito de uso	4	82.684	78.797
Transações com partes relacionadas	8	27	27
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		82.711	78.824
ATIVO TOTAL		165.465	174.274

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.581	1.182
Impostos, taxas e contribuições		339	543
Passivo de arrendamento	4	11.134	10.240
Transações com partes relacionadas	8	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		15.054	11.965
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e Contribuição Social		3.951	1.196
Passivo de arrendamento	4	78.969	73.225
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		82.920	74.421
TOTAL DO PASSIVO		97.974	86.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5		
Capital social		406.000	406.000
Prejuízos acumulados		(338.509)	(318.122)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.491	87.888
PASSIVO TOTAL		165.465	174.274

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)

	NOTA	2022	2021
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos de operação		(11.775)	(5.440)
		(11.775)	(5.440)
DESPESA OPERACIONAL	6		
Outras Despesas operacionais		(5.471)	(4.952)
		(5.471)	(4.952)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(17.246)	(10.392)
Receitas financeiras	7	9.835	3.604
Despesas financeiras	7	(9.816)	(9.085)
Resultado antes dos impostos		(17.227)	(15.873)
Imposto de renda e contribuição social	9	(416)	(21)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.754)	1.196
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(20.397)	(17.090)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(50,24)	(42,09)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(20.397)	(17.090)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(20.397)</u>	<u>(17.090)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	356.000	(301.022)	54.978
Aumento de capital	50.000	-	50.000
Prejuízo do exercício	-	(17.090)	(17.090)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	406.000	(318.112)	87.888
Prejuízo do exercício	-	(20.397)	(20.387)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	406.000	(338.509)	67.491

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(20.397)	(17.090)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	2.754	1.196
Amortização	3.112	2.379
Juros passivo de arrendamento	10.573	9.804
	<u>(3.958)</u>	<u>(3.711)</u>
(Aumento) Redução de ativos		
Tributos compensáveis	85	(90)
Outros	(6.998)	-
	<u>(6.913)</u>	<u>(90)</u>
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	2.399	624
Impostos, taxas e contribuições	(204)	230
Imposto de renda e contribuição social	(22)	-
Dívida com pessoas ligadas	-	(270)
Outros	7.247	-
	<u>(9.420)</u>	<u>(664)</u>
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(1.451)	(4.465)
Imposto de renda e contribuição social pagos	22	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(1.429)</u>	<u>(4.465)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	50.000
Arrendamentos pagos	(11.182)	(9.596)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(11.182)</u>	<u>40.404</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(12.611)</u>	<u>35.939</u>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	94.837	58.898
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>82.226</u>	<u>94.837</u>
	<u>(12.611)</u>	<u>38.458</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”), sociedade de propósito específico - SPE, de capital fechado, foi constituída em 11 de julho de 2006 pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Controladora”), na forma de subsidiária integral, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar ala B1, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

Em andamento análise regulatória pela ANEEL, por solicitação das consorciadas da UHE Baguari, a celebração do TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO N° 001/2006, tal como aprovado pela Diretoria Colegiada da Aneel, por meio da Resolução Autorizativa - REA n° 13.179/2022, a possibilidade de:

- Formalizar a transferência da quota-parte na concessão pela Baguari Energia S.A. para Furnas Centrais Elétricas S.A. e para a Cemig Baguari Energia S.A.;

Em ocorrendo a transferência supra, a Companhia passará a ter receita, e a distribuir dividendos, salientamos que o processo está em análise regulatória para sua posterior deliberação.

Ocorreu regularização técnica da empresa junto ao CREA/MG, quitando anuidades e cadastrando os responsáveis técnicos - RT, bem como os alvarás de localização e funcionamento junto a prefeitura de Belo Horizonte.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos operacionais e conta com o suporte de recursos de sua controladora. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia não teve operação nos anos de 2022 e 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de junho de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia

2.8. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	721	1.252
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	81.505	93.585
Total	82.226	94.837

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), representando uma taxa de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

4. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2022, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.496	74.496
Amortização	(3.081)	(3.081)
Remensuração	7.382	7.382
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.797	78.797
Amortização	(3.361)	(3.361)
Remensuração	7.246	7.246
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.682	82.682

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.577
Juros incorridos	9.804
Arrendamentos pagos	(9.596)
Juros sobre arrendamentos pagos	(703)
Remensuração	7.382
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83.464
Juros incorridos	10.574
Arrendamentos pagos	(9.577)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.605)
Remensuração	7.246
Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.102
Passivo circulante	11.134
Passivo não circulante	78.968

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$406.000 (R\$406.000 em 2021), representado por 406.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (406.000 ações em 2021), pertencentes à Cemig GT.

6. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos de operação

	2022	2021
Serviços de terceiros (a)	8.663	2.587
Amortização	3.112	2.854
TOTAL	11.755	5.440

Despesas operacionais

	2022	2021
Outras despesas operacionais líquidas	5.471	4.952
TOTAL	5.471	4.952

7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	9.835	3.604
Outras receitas financeiras	-	-
	9.835	3.604
Despesas financeiras		
Multas		(5)
Juros passivo de arrendamento	(10.573)	(9.804)
Outras	757	724
	(9.816)	(9.085)
Resultado financeiro	19	(5.481)

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO	
	2022	2021	2022	2021
Controlador				
Cemig GT				
Não circulante				
Custeio de despesas (1)	27	27	-	-
Outras partes relacionadas				
Baguari Energia				
Circulante				
Ressarcimento de despesas	-	-	-	-

(1) Refere-se ao valor a receber de sua Controladora para cobrir despesas realizadas pela Companhia.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrado abaixo:

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.734	1.734
Outras Receitas Financeiras	-	-
Base de cálculo Lucro Presumido	1.734	1.734
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	260	156
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	0	0
IR e CS - Lucro Presumido	260	156
Rendas Aplicações não resgatadas	8.101	8.101
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	2.025	729
Receita por competência diferida	-	-
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de receita por competência	-	-
Amortização custos GSF	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de custos GSF	-	-
Resultado IR e CS	2.285	885
Corrente	260	156
Diferido	2.025	729

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita bruta	-	-
Percentual de presunção	8%	12%
Receita financeira s/ resgate efetivo de aplicação	85	85
Outras receitas financeiras	-	-
Base de cálculo - Lucro presumido	85	85
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	13	8
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	0	0
IR e CS - Lucro presumido	13	8
Rendas de aplicações não resgatadas	14.627	14.627
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	880	317
Receita por competência diferida	-	-
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de receita por competência	-	-
Amortização custos GSF	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento de custos GSF	-	-
Resultado IR e CS	893	324
Corrente	13	8
Diferido	880	317

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	81.505	81.505	93.585	93.585
		<u>81.505</u>	<u>81.505</u>	<u>93.585</u>	<u>93.585</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(3.581)	(3.581)	(1.182)	(1.182)
Passivo de arrendamento		(90.103)	(90.103)	(83.465)	(83.465)
		<u>(93.684)</u>	<u>(93.684)</u>	<u>(84.647)</u>	<u>(84.467)</u>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.589	992	-	-	-	3.581
Passivo de arrendamento	1	2	9	48	214	274
TOTAL	2.590	994	9	48	214	3.855

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Ronnie de Lima Diniz
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-SP 1SP-242451

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Baguari Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira